

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ) - Renova Energia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, às demonstrações contábeis, a controladora Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a controladora Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com Partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº8, às demonstrações contábeis, parte substancial do custo com compra de energia da Companhia são efetuadas com partes relacionadas, de acordo com as condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Compromissos futuros - Marcação a mercado dos contratos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº9, às demonstrações contábeis, os contratos de comercialização de energia elétrica celebrados pela Companhia são mensurados ao valor justo, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços forward calculada por empresa independente. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço forward é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$ 167.560. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	123	17.189	Fornecedores	6	48.705	33.013
Aplicações financeiras	3	5.180	4.282	Tributos a recolher	7	5.890	3.692
Contas a receber de clientes	4	26.502	15.129	Partes relacionadas	8	1.421	3.996
Partes relacionadas	8	1.859	-	Compromissos futuros	9	33.478	-
Tributos a recuperar	5	8.580	260	Total do passivo circulante		<u>89.494</u>	<u>40.701</u>
Compromissos futuros	9	<u>52.443</u>	<u>-</u>				
Total do ativo circulante		<u>94.687</u>	<u>36.860</u>	NÃO CIRCULANTE			
				Fornecedores	6	20	522
NÃO CIRCULANTE				Tributos a recolher	7	-	2.113
Compromissos futuros	9	305.489	-	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	56.971	-
				Partes relacionadas	8	872	148.810
				Compromissos futuros	9	156.894	-
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	<u>51.682</u>	<u>51.682</u>
				Total do passivo não circulante		<u>266.439</u>	<u>203.127</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
				Capital social		667.141	528.345
				Prejuízos acumulados		<u>(622.898)</u>	<u>(735.313)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>44.243</u>	<u>(206.968)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>400.176</u>	<u>36.860</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>400.176</u>	<u>36.860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	12	145.318	93.050
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia		(141.474)	(90.603)
Custo de operação		(47)	(28)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(12)	-
Total dos custos dos serviços	13	(141.533)	(90.631)
Compromissos futuros marcação a mercado	9	167.560	-
LUCRO BRUTO		171.345	2.419
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(2.384)	(2.263)
Outras receitas (despesas)		623	29.123
Total das despesas	13	(1.761)	26.860
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		169.584	29.279
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		551	8.131
Despesas financeiras		(2.194)	(5.457)
Total do resultado financeiro	14	(1.643)	2.674
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		167.941	31.953
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	(5.595)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		(55.526)	-
		(55.526)	(5.595)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		112.415	26.358
Lucro líquido básico e diluído por ação (expressos em reais R\$)	11.2	0,20	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	112.415	26.358
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>112.415</u>	<u>26.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.345	(761.671)	(233.326)
Lucro líquido do exercício		-	26.358	26.358
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		528.345	(735.313)	206.968
Aumento de capital social – com emissão de ações		529	-	529
Aumento de capital social – com conversão de mútuo		138.267	-	138.267
Lucro líquido do exercício		-	112.415	112.415
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11	667.141	(622.898)	44.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		112.415	26.358
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	8	2.258	2.750
Provisão (reversão) para contrato oneroso		-	(23.465)
Compromissos futuros – marcação a mercado	9	(167.560)	-
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de PIS/COFINS		(618)	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		-	833
Juros sobre aplicações financeiras	14	(576)	(8.054)
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		(363)	262
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(11.373)	(9.356)
Partes relacionadas		(1.859)	-
Tributos a recuperar		(3.472)	5.962
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		15.719	25.443
Tributos a recolher		1.893	(1.893)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		55.526	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.230)	41
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(2.240)	18.881
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(322)	7.800
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(322)	7.800
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		(14.504)	(24.066)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(14.504)	(24.066)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.066)	2.615
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	17.189	14.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	123	17.189
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.066)	2.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova Comercializadora” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo – SP, foi constituída em 8 de novembro de 2012, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Companhia é controlada pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora direta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e determinadas controladas em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a controladora e determinadas controladas reconheceram os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2022	Juros	Pagamentos	Capitalização	Saldo em 31/12/2023
Classe III - credores quirografários	549	2	(1)	(529)	21

Classes	Saldo em 31/12/2021	Juros	Pagamentos	Capitalização	Saldo em 31/12/2022
Classe III - credores quirografários	553	11	(15)	-	549

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$112.415 (2022, R\$26.358), e possui prejuízos acumulados de R\$622.898 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$735.313), bem como capital circulante líquido no montante de R\$5.193 (Em 31 de dezembro de 2022, negativo em R\$3.841).

Em dezembro de 2022, a Administração do Grupo Renova concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430MW de energia solar, o Grupo continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 19 de abril de 2024, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A seguir demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 3);
- Aplicações financeiras (nota 3); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedor (nota 6); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

d) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

2.3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

a) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 10.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 16.

c) Contrato oneroso

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

2.5. Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2023:

Revisões e Norma impactadas	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
Pronunciamento Técnico CPC nº 50	Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	01/01/2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22	Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação	IAS 32	01.01.2023

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor na data base das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	AS 1, IAS 7, IFRS 16	01.01.2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação)	IAS 12	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.

Para as normas ou alterações mencionadas acima a administração da Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	123	56
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.180	21.415
Total	5.303	21.471
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	123	17.189
Aplicações financeiras	5.180	4.282
Total	5.303	21.471

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa remunerados a taxa média de 100% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/10/2023	31/12/2022
Comercialização Mercado livre	19.363	15.129
Partes relacionadas (Nota 8)	7.139	-
Total	26.502	15.129

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a Compensar	172	101
CSLL a Compensar	415	-
COFINS a recuperar	5.623	69
PIS a recuperar	1.221	35
Saldo negativo de IRPJ a Compensar	1.149	55
Total	8.580	260

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos de PIS e COFINS a recuperar decorrem das operações de compra de energia para revenda. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2024 e 2025.

6. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores partes relacionadas	39.938	29.071
Fornecedores	8.766	3.914
Fornecedores recuperação judicial	21	550
Total	<u>48.725</u>	<u>33.535</u>
Apresentados como:		
Circulante	48.705	33.013
Não circulante	20	522
Total	<u>48.725</u>	<u>33.535</u>

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes a compra de energia gerada por determinados parques do Alto Sertão III (partes relacionadas), bem como o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1.

7. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a pagar	-	1.840
CSLL a pagar	-	777
COFINS a recolher	4.541	-
PIS a recolher	985	-
Tributos sobre operações de mútuo	-	66
Tributos retidos de terceiros	5	-
Tributos em parcelamento	359	3.122
TOTAL	<u>5.890</u>	<u>5.805</u>
Apresentados como:		
Circulante	5.890	3.692
Não circulante	-	2.113
	<u>5.890</u>	<u>5.805</u>

Em 2019, a Companhia incluiu os saldos a pagar de IRRF e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a Companhia incluiu os saldos a pagar de COFINS, IRRF e IOF sobre mútuo existentes até aquela data, no programa de parcelamento junto a PGFN, por meio de transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações, e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O montante de débitos parcelados pela Companhia segue apresentado na linha "Tributos em parcelamento" no quadro acima.

Os saldos de PIS e COFINS a recolher decorrem do resultado da apuração pela Companhia em decorrência das receitas de comercialização de energia elétrica.

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Conta a receber, contas a pagar, mútuo e rateio:

	Ativo		Passivo		Resultado			
	31/12/2023		31/12/2023	31/12/2022	Resultado Operacional		Resultado Financeiro	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Mútuo ^(a)</u>								
Renova Energia S.A.	-	-	-	148.810	-	-	(2.256)	(2.606)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.			872	-			(2)	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(144)
	-		872	148.810	-	-	(2.258)	(2.750)
<u>Adiantamento a fornecedores ^(c)</u>								
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	882	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	607	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pau D'Agua S.A.	370	-	-	-	-	-	-	-
	1.859	-	-	-	-	-	-	-
<u>Rateios de despesa ^(b)</u>								
Renova Energia S.A.	-	1.421		3.996	(1.318)	(1.352)	-	-
<u>Alto Sertão III</u>								
Venda de energia					9.201			
Compra de energia	7.139	39.938		29.071	(133.698)	(31.064)	-	-
Total	8.998	42.231		181.877	(125.815)	(32.416)	(2.258)	(2.750)
Apresentados como:								
<u>Circulante</u>	8.998	-		-				
Ativo								
Clientes partes relacionadas (Nota 4)	7.139							
Partes relacionadas	1.859							
<u>Circulante</u>	-	41.359		33.067				
Passivo								
Fornecedores partes relacionadas (Nota 6)	-	39.938		29.071				
Partes relacionadas		1.421		3.996				
<u>Não circulante</u>	-	872		148.810				
Passivo								
Partes relacionadas	-	872		148.810				
Total	8.998	42.231		181.877				

8.2 Resumo das operações

As principais condições das operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Mútuos – refere-se a recursos recebidos da controladora com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos de mútuos estão sujeitos a correção pela TR e sem garantias reais.
- b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- c) Adiantamento de fornecedor – adiantamentos referentes a compra de energia.

8.3 Movimentação

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	174.122
Adição	12.304
Amortização	(36.370)
Encargos financeiros provisionados	2.750
Saldos em 31 de dezembro de 2022	152.806
Adição	2.026
Amortização	(16.530)
Encargos financeiros provisionados	2.258
Encargos financeiros provisionados	(138.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.293

8.4 Debêntures privadas

Em 22 de fevereiro de 2022 a Companhia realizou a primeira emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controladora Renova Energia, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento
22/02/2022	Renova Energia	1ª	178.591	31/12/2022

Em 07 de novembro de 2022 a Companhia quitou o saldo devido.

	Passivo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Emissão de debêntures privadas	178.591	-	178.591
Amortização principal	(178.591)	-	(178.591)
Encargos financeiros provisionados	-	1.154	1.154
Encargos financeiros pagos	-	(1.154)	(1.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

9. COMPROMISSOS FUTUROS

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços forward calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço forward é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$ 167.560.

	Saldo em 31/12/2023	Tributos diferidos
ATIVO		
Compromissos futuros - CIRCULANTE	52.443	(17.831)
Compromissos futuros - NÃO CIRCULANTE	305.489	(103.866)
TOTAL DO ATIVO	357.932	(121.697)
PASSIVO		
Compromissos futuros - CIRCULANTE	(33.478)	11.383
Compromissos futuros - NÃO CIRCULANTE	(156.894)	53.343
TOTAL DO PASSIVO	(190.372)	64.746
RESULTADO		
Compromissos futuros marcação a mercado	167.560	(56.971)

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Refere-se a procedimento arbitral promovido pela Light Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.682.

Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da Companhia perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (“Câmara FGV”) por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Conforme informado ao mercado, em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato.

A Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100). Em 23 de março de 2023, a ação foi julgada improcedente e encontra-se em fase de recurso.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$667.141 e está representado por 667.141.365 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 02 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital no montante de R\$529, mediante a emissão de 529.236 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia conforme previsto no “Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito”, no valor de R\$529.

Em 31 de outubro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital no montante de R\$138.267, mediante a emissão de 138.267.255 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização dos créditos de mútuo detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia, no valor de R\$138.267.

11.2. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	112.415	26.358
Lucro básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	551.934	528.345
Lucro básico por ação (em R\$)	0,20	0,05

12. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Comercialização		
Comercialização de energia elétrica	160.130	102.534
(-) Impostos sobre receita	(14.812)	(9.484)
Total	145.318	93.050

13. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo dos serviços	Despesas	Custo dos Serviços	Despesas
<u>Compra de energia⁽¹⁾</u>	141.474	-	90.603	-
<u>Custo de operação</u>	47	-	28	-
Taxas	12	-	-	-
Total custo	141.533	-	90.631	-
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	-	1.204	-	1.132
Serviços de terceiros	-	947	-	1.004
Contingências cíveis	-	103	-	-
Outras despesas	-	130	-	127
	-	2.384	-	2.263
<u>Outras despesas (receitas), líquidas</u>				
Indenizações contratuais ⁽²⁾	-	-	-	(1.756)
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de Pis/Cofins ⁽³⁾	-	(618)	-	-
Perdão de dívida - mútuo ⁽³⁾	-	-	-	(3.937)
Provisão (reversão) para contrato oneroso	-	-	-	(23.465)
Outras receitas	-	(5)	-	35
	-	(623)	-	29.123
Total	141.533	1.761	(90.631)	26.860

(1) Refere-se a aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia.

(2) Valor recebido das empresas do Alto Sertão III à título de ressarcimento pelos gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização firmados com a Companhia Líquido de Pis e Cofins.

(3) Refere-se ao perdão de dívida concedido pela então parte relacionada Energética Serra da Prata S.A., ocorrido em 31 de maio de 2022, líquido de Pis e Cofins.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	576	8.054
Atualização dos tributos a compensar	1	128
Outras receitas financeiras	1	346
(-) Pis/Cofins s/ receita financeira	(27)	(397)
Total das receitas financeiras	551	8.131
Despesas financeiras		
Juros - partes relacionadas (nota 8)	(2.258)	(2.750)
Debêntures - partes relacionadas (nota 8.4)	-	(1.154)
IOF	4	(1.188)
Juros	70	(359)
Outras despesas financeiras	(10)	(6)
Total das despesas financeiras	(2.194)	(5.457)
Total do resultado financeiro	(1.643)	2.674

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	167.941	31.952
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(57.100)	(10.864)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	(129)	(116)
<u>Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:</u>		
Utilização de crédito de base negativa para pagamento parcial de dívida tributária - QuitaPGFN (*)	1.444	-
Provisões temporárias	328	7.609
Prejuízo fiscal e base negativa	(69)	(2.224)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(55.526)	(5.595)
IR e CS Correntes	-	(5.595)
IR e CS Diferidos	(55.526)	-
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(55.526)	(5.595)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas apresentadas abaixo:

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixas	123	17.189	123	17.189
Aplicações financeiras	5.180	4.282	5.180	4.282
Contas a receber	26.502	15.129	26.502	15.129
Partes relacionadas	1.859	-	-	-
Compromissos futuros	52.443	-	52.443	-
Não circulante				
Compromissos futuros	305.489	-	305.489	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	48.705	33.013	48.705	33.013
Partes relacionadas	1.421	3.996	1.421	3.996
Compromissos futuros	33.478	-	33.478	-
Não circulante				
Fornecedores	20	522	20	522
Partes relacionadas	872	148.810	872	148.810
Compromissos futuros	156.894	-	156.894	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	123	-	17.189	-
Aplicações financeiras	5.180	-	4.282	-
Contas a receber de clientes	26.502	-	15.129	-
Partes relacionadas	1.859	-	-	-
Compromissos futuros	52.443	-	-	-
Não circulante				
Compromissos futuros	305.489	-	-	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	48.705	-	33.013
Partes relacionadas	-	1.421	-	3.996
Compromissos futuros	33.478	-	-	-
Não circulante				
Fornecedores	-	20	-	522
Partes relacionadas	-	872	-	148.810
Compromissos futuros	156.894	-	-	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

* * *

Sergio Ros Brasil Pinto
Diretor presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro de Relação com
Investidores

Edson Rodrigues de Sá Júnior
Contador
CRC SP-263284/O-6